



EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM FOCO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE NORTE – RN

Raiany Ribeiro Guedes¹
Odjane Melo²

RESUMO

O presente trabalho tem por ideia central abordar a importância da Educação Inclusiva para um desenvolvimento educacional mais colaborativo e eficaz, pois sabemos que um dos maiores desafios do sistema educacional brasileiro é proporcionar uma educação voltada para atender as necessidades Educacionais Especiais dos alunos em nossas escolas públicas. Ressaltamos ainda, a instituição escolar enquanto um espaço essencial para o desenvolvimento das competências cognitivas e sociais de cada indivíduo, incluindo a todos, independente de suas limitações e dificuldades, de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas, entendo assim, o conceito de inclusão. Embasados em grandes autores como Damiane (2022) e Aguiar (2022) que defendem a importância do trabalho colaborativo no ambiente escolar, este artigo intenta relatar uma experiência ocorrida em uma escola pública no interior do Rio Grande do Norte, através de uma pesquisa qualitativa e de observação, apoiados em aplicação de atividades e palestras voltadas a conscientização e ao conhecimento, levamos a momentos de reflexão que possibilitaram aos demais alunos da instituição a percepção do diferente, a aprender a conviver, a respeitar e a compreender as diferenças de cada um, assim como defende Gomes (2014). Ao realizarmos todas as etapas deste relato de experiência percebemos a importância do profissional de educação especial e de sua atuação junto ao corpo docente e discente para que haja de fato uma educação inclusiva e igualitária, assim como nos asseguram os documentos oficiais.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Escola pública, Desafios, Experiência, Respeitar.

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido e debatido sobre educação inclusiva nos últimos tempos, sendo muitas vezes até uma temática que gera muitas dúvidas em algumas pessoas sobre o que é educação inclusiva. Partindo dessa premissa, se faz extremamente necessário sabermos que tradicionalmente, quando nos referimos a educação inclusiva, significa assegurar o direito básico de todos que é o direito ao ensino, ou seja, garantir que todos alunos, inclusive os que tenham alguma deficiência, sejam integrados da melhor maneira possível nas salas de aula. Atualmente a inclusão nas instituições escolares vai muito além disso, significando garantir aos alunos independente de suas condições e origem, classe ou etnia, gênero ou raça, possam ter os mesmos direitos e igual acesso à educação.

¹Graduada do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Cajazeiras - ISEC, raianyx1@gmail.com;

²Mestranda do Curso PROFLETRAS da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, odjanesmelo@gmail.com;



De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9394/96, vem enfatizar o direito de todos a educação, sem exceção. No que se refere a educação especial, o capítulo V, destaca que “entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (Brasil, 1996, art.58). Neste sentido, um dos maiores desafios que envolve a educação inclusiva é justamente a integração dos alunos que tem necessidades educacionais especiais em escolas regulares, por isso é extremamente importante o papel da escola para o desenvolvimento da aprendizagem de cada aluno, prezando pela autonomia e valorização de todos, não priorizando apenas o aspecto físico-estrutural do estabelecimento, mas também por meio de metodologias que visem trabalhar as diferenças e as especificidades dos estudantes. Para isso, sabemos o quanto é importante a participação e colaboração de todos que estão inseridos nesse processo. E o professor de Educação Especial tem um papel extremamente significativo, sendo capaz de junto com os demais profissionais de educação, proporcionar atividades e ações que venham promover o desenvolvimento educacional do seu alunado. Sobre isso, o presente relato, tem como objetivo de relatar sua experiência de trabalho com crianças autistas e com síndrome de down, e destacar também a importância de projetos colaborativos para a conscientização de todo alunado sobre a importância de conviver e respeitar as diferenças e a individualidade de cada um.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência vivenciado na Escola Estadual Senador João Câmara, na cidade de Passa e Fica, no estado do Rio Grande do Norte, durante o ano letivo de 2022 no seguimento de ensino fundamental, onde a professora de Educação Especial relata sua experiência com os alunos com necessidades educacionais especiais, experiência essa que se deu por meio de acompanhamento diário em sala de aula regular com alunos autista e com síndrome de down, durante todo o ano letivo e também por meio de um projeto inclusivo elaborado e desenvolvido na escola com o objetivo de abordar e trabalhar a importância da inclusão e do conhecimento a respeito dessa temática. Metodologicamente o projeto deu-se por meio de atividades em sala de aula, roda de conversas com os alunos e professores da instituição e também por meio de palestras informativas e de conscientização com profissionais especializados, visando proporcionar a todo alunado e equipe escolar o conhecimento das características do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e das pessoas com



Síndrome de Down e saber como conviver com eles, e principalmente a respeitar as diferenças de cada pessoa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, pessoas com necessidades especiais foram indivíduos colocadas à margem da sociedade, impedidas de desenvolver suas capacidades e habilidades como indivíduos cidadãos, sendo rotulados com adjetivos que as limitam como incapazes ou doentes. Sobre isso, vale ressaltar que vários autores como Jönsson, (1994) e Mendes (1995) afirmam que no período do século XVIII, pessoas com necessidades especiais eram consideradas inválidas, sem utilidade e incapazes para trabalhar, e por isso eram excluídas da vida em sociedade para qualquer tipo de atividade. Inclusive, nesta época, nenhuma atenção educacional era promovida e desenvolvidas para elas.

Neste breve contexto histórico a respeito da educação inclusiva, é essencial destacar os estudos, lutas e conquistas que deram base e alicerce para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas para o avanço educacional. Foi no início dos anos de 1990 que a inclusão escolar passou a ser vista sob novas perspectivas, sob um novo olhar. Na verdade, a proposta de Educação Inclusiva tem sua gênese na Conferência Mundial de Educação para Todos, promovida pela UNESCO, em 1990, na Tailândia, evento esse que foram discutidas e elaboradas propostas educacionais dirigidas aos alunos com necessidades especiais para contemplar questões básicas de aprendizagem, por meio de um plano de ação. Outro marco importante foi a Declaração de Salamanca, importante documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial em Salamanca na Espanha em 1994. Esse documento aponta para a necessidade de países reverem as bases filosóficas e metodológicas de suas políticas no sentido de garantirem efetivamente uma “Educação para Todos”, sem discriminações ou privilégios. Documento esse que tem o início da sua escrita destacando que:

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Pensando desta maneira é que este documento começa a nortear Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 5 - 6).



Dentre os documentos legais que legitimam o direito a pessoa com necessidades especiais vale ressaltar também a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, cuja finalidade é assegurar os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência. No Brasil, a educação especial vem ganhando um espaço significativo e na década de 90 houve grandes transformações na política da Educação Brasileira, dando início ao movimento da inclusão no âmbito escolar trazendo novas perspectivas na área da educação especial, entre eles vários documentos que asseguram os direitos a inclusão das pessoas com necessidades especiais. Michels e Garcia (2011) enfatizam que nos anos 90:

A Educação Especial tinha como orientação o documento intitulado Política Nacional de Educação Especial (1994), o qual apresentava como fundamentos a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61), o Plano Decenal de Educação para Todos (1993) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). (MICHELS E GARCIA (2011, p. 106)

Outras diretrizes e leis também marcam a trajetória de lutas a respeito do processo de inclusão no Brasil, entre eles vale destacar as Diretrizes Nacionais da Educação Especial – Resolução Nº 02 CNE/CEB 2001, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica – 2002 e também a Lei 1043/02, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Isto posto, temos, de acordo com a legitimidade elucidada nos documentos expostos nesse texto, a garantia de uma educação voltada para todos, sem práticas exclusivas que venham abonar o direito do indivíduo de acesso à educação oferecida para todos, sem qualquer tipo de discriminação.

No Estado do Rio Grande do Norte – RN, a Educação Especial deu-se início através das políticas nacionais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Lei nº5.692/1971, que por sua vez destaca propósito de promover às pessoas com necessidades educacionais especiais meios e condições para o seu desenvolvimento. Foi a partir daí, no ano de 1971, que o sistema educacional do Rio Grande do Norte implantou o atendimento educacional especializado na rede estadual de ensino. Para isso, foi constituída no ano de 1973 uma coordenação de educação especial, que posteriormente tornou-se um órgão específico chamado de Subcoordenadoria de Educação Especial-SEESP e no ano de 1990 passou a ser chamada de SUESP. Órgão esse, que tem como responsabilidade, desenvolver e proporcionar capacitações aos professores por meio de programas de formação continuada, para atuar na área de Educação Especial. (Cunha, 2022).



A respeito do profissional de Educação Especial no Rio Grande do Norte, veio sendo notado a importância de sua presença em sala de aula desde a década de 50, com a abertura de escolas especializadas, surgiu a necessidade e da busca por estrutura e profissionais para contribuir com a prática educacional inclusiva, entre os primeiros institutos criado no estado com a finalidade de promover esse suporte educacional especializado, vale destacar o Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos, fundado em 1952, pelo médico Ricardo Paes Barreto (Cunha, 2022). Mas, foi por volta da década de 80, que a necessidade dessa integração também no espaço escolar ganhou maiores proporções e espaço para o diálogo, inclusive a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB 5.692/71, destaca essa importância. Sobre isso, a Constituição Estadual do RN ressalta no Art. 138- III o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, dialogando assim com a LDB.

Outro grande marco e avanço para o Educador Especial do Estado do RN a nota técnica seesp/gab nº 19/2010, que visa fundamentar e orientar os profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino. Além disso, a área da Educação Especial no estado passou a ter um grande desenvolvimento e visibilidade após o concurso público do governo do Rio Grande do Norte pelo EDITAL Nº 001/2015 – SEARH – SEEC/RN, de 30 de outubro de 2015, que dentre os cargos de provimento efetivo de Professor e Especialistas em Educação, da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC, 146 vagas foram destinadas ao cargo de Pedagogia – Educação Especial. Dentre as atribuições do professor de Educação Especial está descrito no edital que esse profissional deve:

Atuar nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio de acordo com o turno da sala de aula comum dos estudantes público alvo da educação especial, previsto na Nota Técnica do MEC/SEESP/GAB nº 19/2010; O professor será responsável por colaborar com o professor titular, na mediação do processo de ensino-aprendizagem do educando (Resolução, 02/2012 CEE/CEB, art. 11, inciso VI);

Sem sombra de dúvidas, a criação desse cargo foi uma grande conquista e com muito significado para o estado, pois proporcionou além da maior visibilidade dos alunos com necessidades educacionais especiais, a possibilidade de mediar não só a aprendizagem, mas promover possibilidades para esse público alvo. Além disso, visando melhor poder atender a demanda dos alunos com necessidades especiais, o governo do estado lançou uma portaria 828 de 30 de novembro de 2022, na qual institui a Matrícula Antecipada para estudantes com

necessidades educacionais específicas nas Redes Públicas de Ensino Estadual e Municipal do RN. Entretanto, é importante ressaltar que, não basta somente a presença física do aluno na instituição escolar para que de fato a inclusão aconteça, mas sim tomar ações inclusivas efetivas por meio da união de esforços e estratégias de todos que estão inseridos na comunidade escolar, para que assim de fato ocorra a inserção, permanência, socialização e aprendizagem do aluno com deficiência, pois cada um desses processos são importantes pilares que fazem parte da real educação escolar inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relato de experiência faz referência ao ano letivo de 2022, período que o acompanhamento se deu em sala de aula regular, com um aluno com autismo e outro com síndrome de down, mas vale destacar que a experiência com alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) se dá desde o ano de 2017 na instituição. Antes de mais nada, é importante deixar claro também que, o acompanhamento do professor de educação especial no RN, se dá diretamente com o aluno em sala de aula regular, auxiliando-o e adaptando as atividades cotidianas relacionadas aos conteúdos programados dos professores da sala de aula regular ao qual o aluno está inserido.

Sobre esse acompanhamento, foi bastante desafiador, por se tratar de dois alunos com necessidades educacionais bem específicas. Enfatizando primeiramente o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), os desafios foram muitos, pois sabemos que se trata de uma condição que é caracterizada pelo comprometimento na comunicação e interação social, associados também a movimentos restritivos e repetitivos. Inicialmente o aluno se mostrava bastante tímido, demonstrava falta de atenção, mesmo que lhe chamassem pelo nome, mas um aspecto positivo é que ele sempre gostou de fazer as atividades que lhes eram propostas, e isso contribuiu bastante para sua evolução na aprendizagem, pois notando isso, podemos estimular ainda mais sua capacidade de aprendizado, que teve como ponto de partida a leitura, que mesmo com um pouco de dificuldade na fala demonstrava interesse em desenvolver essa habilidade. Com relação a escrita foi bem mais difícil, o aluno não gostava de escrever, principalmente de copiar as atividades que a professora da sua turma do 5º ano do Ensino Fundamental, passava no quadro. O que ajudou bastante nesse sentido foram as atividades adaptadas em folha, pois ao se dar conta que ele conseguia fazê-las, o próprio aluno, com um profissional de Especial o acompanhando de perto e o incentivando, se deu conta que ele também conseguia concluir com êxito as atividades propostas no quadro. E com isso, ele foi

desenvolvendo sua capacidade de leitura e escrita. No que diz respeito a sua interação com o ambiente escolar e com seus colegas de classe, tivemos o cuidado de apresentar todos os alunos da turma para ele por meio de uma dinâmica de apresentação, para que ele pudesse lembrar e saber dos nomes dos seus colegas de classe.

Sua interação com os colegas de turma e com o ambiente escolar, evoluiu de uma maneira muito surpreendente e satisfatória, e é uma das coisas que mais nos orgulha, pois no início de sua adaptação escolar, o aluno nem no momento dos intervalos demonstrava interesse em interagir com seus colegas de classe, e também seus momentos de brincadeiras se dava de forma isolada. E de acordo com o que era observado e notado, fomos trabalhando o processo de interação social do aluno de forma gradativa, primeiramente em sala de aula, por meio de atividades em duplas e depois em grupo, com atividades que promovessem a sua participação e interação com outros alunos da sala de aula, como por exemplo, confecção de cartazes, atividades de recorte e colagem e também jogos educativos, onde ele começou a brincar com seus colegas da turma, aqueles na qual ele foi desenvolvendo mais contato e afinidade. E isso o ajudou bastante na sua capacidade de socialização e interação, pois a partir daí, seus momentos de recreação e intervalo passaram a não ser mais solitários. Atualmente o aluno participa de atividades em grupo, atividades de Educação Física, apresentações escolares e até de atividades que os professores de sala de aula regular pedem para responder no quadro. Sobre isso, podemos observar com clareza nas imagens abaixo.



Figura 1 – O aluno ensaiando para uma apresentação junina na escola.
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.



Figura 2 – O Aluno participando das aulas práticas da disciplina de Educação Física.
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

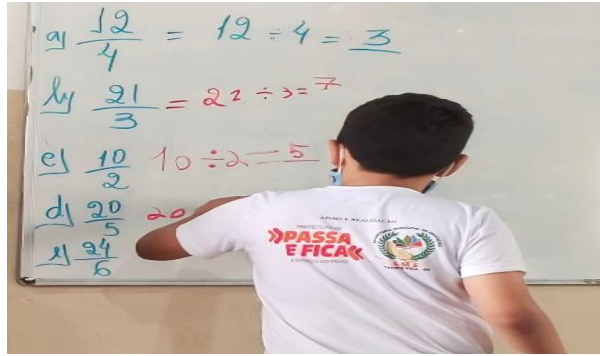


Figura 3 – O aluno respondendo uma questão de Matemática no quadro. Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Na figura 1 vê-se o aluno participando de um ensaio para uma apresentação junina da escola. Na figura 2, podemos observar o aluno participando dos momentos de atividade de Educação Física que a escola proporciona e na figura 3, vem mostrar o aluno respondendo uma atividade da disciplina de Matemática no quadro, algo que antes do trabalho de inclusão não ocorria.

É válido lembrar que este relato intenta apresentar a experiência de acompanhamento com dois alunos com necessidades educacionais especiais, o aluno com transtorno do espectro autista e outro com síndrome de down, ambos estudantes da mesma escola, no turno matutino, mas em turmas diferentes, o que só amplia o desafio. Dessa forma, seguindo o proposto, a partir de agora apresentamos o acompanhamento do aluno com síndrome de down, vale ressaltar primeiramente que, como o aluno pertencia a turma que era do 2º ano das series iniciais, na qual era uma turma diferente do aluno com autismo, elaboramos o seguinte cronograma de atendimento semanal durante o ano letivo de 2022, para atender da melhor forma como podemos observar na tabela abaixo:

Turma	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
2º ano	7:00 às 9:15	9:30 às 11:30	7:00 às 9:15	9:30 às 11:30	7:00 às 9:15
5º ano	9:30 às 11:30	7:00 às 9:15	9:30 às 11:30	7:00 às 9:15	9:30 às 11:30

Tabela 1: Cronograma de Atendimento da Professora de Educação Especial

Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Assim sendo, vale destacar que acompanhamento ao aluno com síndrome de down, também foi bastante desafiador, pois o aluno não se comunicava por meio de palavras, possuindo dificuldades com coordenação motora, necessitando também de ajuda na hora do lanche para se alimentar e também na hora de ir ao banheiro. Sobre seu desempenho em sala de aula, o aluno não tinha o hábito de ficar sentado na cadeira como os demais colegas,

gostava de ficar andando pela sala e de vez em quando sentava na cadeira ou mesmo no chão da sala. Também é importante destacar que o aluno possuía uma dificuldade enorme de concentração, o que dificultava muito seu desenvolvimento da aprendizagem. Mas, o fato dele ser uma criança muito alegre, espontânea e carinhosa, fez com o acompanhamento com ele se desse primeiramente pela afetividade, ou seja, trabalhando seu desenvolvimento afetivo, e isso inclui sentimentos, interesses, desejos e emoções. Sobre isto, Miranda (2008) afirma que “o fator afetivo é muito importante para o desenvolvimento e a construção do conhecimento, pois por meio das relações afetivas o aluno se desenvolve, aprende e adquire mais conhecimentos que ajudarão no seu desempenho escolar” (MIRANDA, 2008, p.02).

Trabalho esse, para que o aluno pudesse antes de mais nada perceber que, além da professora da sala de aula regular, ele também podia contar com acompanhamento de outra profissional, que além de transmitir confiança e segurança, estava ali para o ajudar no seu desempenho escolar. Sobre isso, o aluno foi desenvolvendo essa ligação afetiva, e apesar de não saber se expressar por meio de palavras já podíamos notar seu acolhimento mais afetivo por meio de um abraço carinhoso em sala e aula, quando chegava e ao se despedir

Sobre sua interação e socialização com os colegas de turma, junto com a professora da sala de regular desenvolvemos um trabalho em conjunto, pois era notório que seus colegas de turma não sabiam como lhe dar com ele, achavam ele um pouco diferente nas questões físicas e comportamentais, e por isso não interagiam muito com ele. A partir disso, desenvolvemos atividades em sala de aula sobre o respeito das diferenças de cada ser humano, a importância de respeitar o outro como ele é e mais ainda, a importância de aceitar e amar outro apesar das diferenças. E foi muito positivo pois a partir disso, notamos que houve resultados bastante significativos, que podemos notar primeiramente no cuidado que seus colegas de passaram a ter com ele, observando se a garrafinha dele precisava de água, perguntavam se ele queria ir ao banheiro, emprestavam coleções e lápis quando ele precisava, e também na hora do intervalo seus colegas dividiam lanche com ele. O fato de o aluno ser uma criança muito alegre e carinhosa contribuiu bastante também, para essa evolução na sua interação e socialização com seus colegas de turma e com ambiente escolar.

A respeito da sua dificuldade de concentração, o trabalho desempenhado primeiramente se deu através de jogos educativos, para atrair sua atenção e estimular sua capacidade de se concentrar e desenvolver atividades. Outra estratégia foi desenvolver com ele atividades que envolvesse as cores, através de pinturas, ele gostava bastante. Foi a partir daí que ele passou a ficar sentado na sua cadeira mais tempo, como os demais colegas e também passou a se concentrar mais para fazer as atividades, sem contar que sua interação e

socialização com sua turma e com o ambiente escolar também evoluiu bastante. Atualmente, está progredindo bem, além de “PAPÁ” e “MÂMÃ” já chama a palavra “TIA”, participa de momentos de atividades recreativas em grupo, junto com seus colegas, participa também de apresentações escolares e já desenvolve algumas atividades que lhe são propostas e que exige sua atenção em sala de aula. Sobre isso, podemos observar claramente através das imagens a seguir.



Figura 4 – O aluno participando de atividades recreativas que escola proporciona.
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.



Figura 5 – O aluno ensaiando para uma apresentação escolar.
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

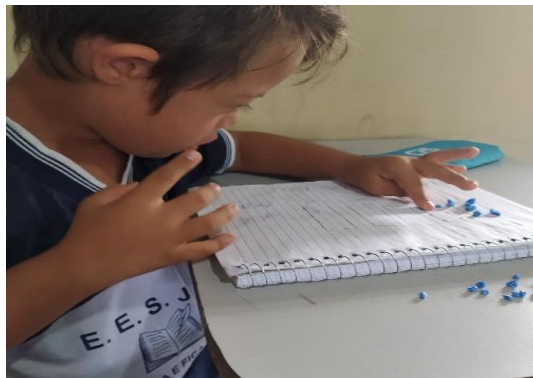


Figura 6 – O aluno desenvolvendo uma atividade em sala de aula. Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Na figura 4 podemos notar o aluno participando de atividades recreativas junto com seus colegas. Na figura 5 vê-se o aluno participando de um ensaio para uma apresentação escolar e na figura 6 vem mostrar o aluno desenvolvendo uma atividade que lhe foi proposta em sala de aula.

Ainda a respeito do acompanhamento desses alunos, tanto o com síndrome de down e também o aluno com autismo, e analisando todo o processo de construção de inclusão e desenvolvimento de suas aprendizagens, trouxe-nos uma reflexão bastante oportuna sobre a importância da conscientização e o respeito as pessoas com necessidades educacionais

especiais. Foi a partir daí, que além do trabalho que desempenhamos em sala de aula também elaboramos e desenvolvemos um projeto inclusivo intitulado como: “Senador e Educação, também é inclusão!”, onde foi desenvolvido na escola com o objetivo de abordar e trabalhar a importância da inclusão e do conhecimento a respeito dessa temática, projeto esse que foi trabalhado em conjunto com toda equipe escolar da instituição, por meio de atividades e roda de conversas em sala de aula com os alunos e professores e também por meio de palestras informativas e de conscientização com um psicólogo e uma fonoaudióloga, na qual puderam transmitir para todo alunado e equipe escolar, informações e conhecimento das características a respeito do autismo e das pessoas com síndrome de down e saber como conviver com eles, e também a importância de respeitar as diferenças de cada pessoa. Sobre isso, podemos observar com mais detalhes nas imagens a seguir.



Figura 7 – Alunos participando da palestra promovida pela escola. Fonte: Arquivo pessoal, 2022.



Figura 8 – Autora do projeto com os palestrantes. Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Na figura 7 podemos observar o momento da Palestra do Psicólogo e da Fonoaudióloga na escola, e na figura 8 vê-se a autora do projeto com os palestrantes. Momento esse de grande importância, e de conhecimento para a instituição, pois toda equipe escolar, junto com os alunos puderam através dos conhecimentos adquiridos se dar conta de que cada um exerce um papel de grande importância para uma educação inclusiva de sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório e válido consideramos primeiramente, que a Educação Especial no Brasil e no mundo tem alcançado grandes conquistas e avanço, mas ainda tem um longo caminho a percorrer, muitas tem sido as leis visando as melhorias na busca por uma educação inclusiva, entretanto elas precisam ser colocadas em práticas e traduzidas em melhorias significativas no

dia-a-dia do aluno. É bem verdade que o estado do RN tem dado passos bastantes significativos e tem tido um olhar mais sensível para os alunos com necessidades educacionais especiais, visto que a criação do cargo de Pedagogo- Educação Especial, criado no último concurso público realizado no estado, trouxe-nos uma nova configuração de atuação docente para a educação do nosso estado. Neste sentido, cabe aqui destacar o quanto o profissional, de educação especial tem se tornado um agente essencial no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, assim como os demais educadores, gestores e participantes do cotidiano escolar.

Vale considerar também que muitos são os desafios enfrentados quando nos referimos a uma educação inclusiva, pois não basta apenas a presença física do aluno no ambiente escolar, a inclusão dos alunos deve garantir a eles o amplo acesso a escolaridade, por meio de todas as possibilidades de desenvolvimento que a rede de ensino possa oferecer. E o relato de experiência ao qual abordamos, vem mostrar que a inclusão escolar não se limita unicamente em condições financeiras e estruturais, mas que a força de vontade, garra e empenho é a mola mestra que nos impulsiona a promovermos de fato, uma educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. (2005). **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília: Ministério da Educação, 5.

BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em Acesso em 11/06/2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Ministério da Educação. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 03/06/2023.

CUNHA, AYSLLANE JUNIE PESSOA DA. **O educador especial no rio grande do norte : reflexões acerca do profissional e sua prática / AYSLLANE JUNIE PESSOA DA CUNHA**. - 2022.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca – Espanha, 1994.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. **A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 – educação especial da ANPED**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 17, p. 105-124, maio/ago. 2011. Disponível em: 23 . Acesso em: 25/06/2023.